

PLEBISCITO DA REFORMA POLÍTICA:



PLEBISCITO
CONSTITUINTE

Votação será de
1º a 7 de setembro

» páginas 4 e 5



Ato Unitário resgata crimes da ditadura contra a classe trabalhadora

» página 3

O Mercado de Notícia revela o que está por trás dos interesses midiáticos

Foto: Divulgação



Judicialização da greve coloca movimento sindical em alerta

» página 2

» página 6



@Sindsep_PE



Sindsep-PE



www.sindsep-pe.com.br

Os bastidores da mídia brasileira

Reflexões sobre o fazer jornalístico e a maneira como são produzidas as notícias. Essas são algumas das temáticas abordadas no documentário *O Mercado de Notícias*, do cineasta gaúcho Jorge Furtado, lançada no Recife no dia 15 de agosto. A inspiração para a produção da película surge a partir da peça do dramaturgo inglês Ben Jonson (1572-1637), *O Mercado de Notícias* (The Staple of News), uma abordagem social da mídia, a partir da invenção da imprensa. A peça foi filmada e intercalada com depoimentos de jornalistas consagrados.

Entre os vários questionamentos levantados, está o início da mercantilização das notícias. Viajantes seriam alguns dos primeiros “repórteres” da história e barbearias, centrais de notícia, numa tradição oral de passar informações. A criação do jornalismo impresso foi o marco para a passagem da informalidade para o comércio de informações.

O filme pode ser considerado um manifesto em defesa do bom jornalismo, uma crítica à qualidade das notícias apresentadas na mídia brasileira. Um dos casos retratados é um suposto quadro de Picasso no acervo do INSS. Uma ironia que o questionamento sobre a veracidade da obra se torna cômico diante da obviedade dos fatos.

Entre os entrevistados estão jornalistas como Mino Carta, Bob Fernandes, Cristiana Lôbo, Fernando Rodrigues, Geneton Moraes Neto, Janio de Freitas, José Ro-



INSPIRAÇÃO O filme é baseado na peça homônima de Ben Jonson

berto de Toledo, Leandro Fortes, Luis Nassif, Maurício Dias, Paulo Moreira Leite, Raimundo Pereira e Renata Lo Prete. A pluralidade de opiniões, algumas até contraditórias, só tem a acrescentar ao diálogo que o filme se propõe a levantar. Todas as entrevistas estão disponíveis no site www.omerca.com.br; além do tex-

to original e a versão traduzida da peça para o documentário.

Furtado, que antes de fazer cinema fez jornalismo e desistiu, sempre foi um crítico ao fazer jornalístico. “A palavra é muito mais forte do que a imagem”, garantiu o diretor, no lançamento do filme em Pernambuco. Em seu currículo estão obras como o magnífico curta *Ilha das Flores* e filmes de apelo comercial, sucesso de bilheteria e público, como *O Homem que Copiava*, *Meu Tio Matou um Cara* e *Saneamento Básico*.

O que é ser jornalista? O que realmente é notícia? Publicidade nos jornais, coberturas política e econômica, as fontes, as mudanças provocadas pela internet, a suposta neutralidade do jornalista, o interesse do público pelas celebridades e futilidades, tudo isso está em pauta no *O Mercado de Notícias* de Jorge Furtado.

▶ Editorial

Diga SIM à democracia

Você se sente representado pelos parlamentares que estão no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas e nas câmaras municipais? E os governos, têm resolvido a demanda da população? Se sua resposta for NÃO, estamos falando a mesma língua. A quais interesses a classe política atende? Do trabalhador? Do cidadão comum? Ou da elite econômica capitaneada por empresários, latifundiários, banqueiros, industriais, mídia e grandes empreiteiras?

As manifestações de rua que aconteceram em junho e julho do ano passado acenderam o sinal amarelo, o sinal de alerta. Mostraram uma insatisfação generalizada da população, que clama por serviços públicos de qualidade, por segurança, pelo fim da corrupção e por tantas outras pautas. Essa realidade é fruto de um país marcado por injustiças sociais, um país onde uma elite econômica e política dá as cartas para atender interesses de uma minoria, alijando as necessidades da maioria.

Para mudar esse quadro, é preciso uma reforma ampla no sistema político. No atual modelo, os candidatos, na sua maioria, antes mesmo de se elegerem, assumem compromisso com seus financiadores de campanha, para, depois de eleitos, recompensar esses doadores com a defesa e a aprovação de projetos que os favoreçam. Como afirma o escritor Frei Beto, “em política, empresário não faz doação. Faz investimento. Essa promiscuidade entre interesses políticos e negócios privados estimula a corrupção.” Você quer que isso continue?

O financiamento de campanha é apenas um dos motivos que têm levado a sociedade civil organizada a defender uma constituinte popular exclusiva e soberana para uma reforma do sistema político. Só que essa proposta não interessa à grande maioria da classe política, que prefere continuar com os privilégios. Para mudar, é preciso a participação do povo. Por isso, o Sindsep-PE convoca os servidores e toda a sociedade a participar, entre os dias 1º e 7 de setembro, do plebiscito popular por uma constituinte exclusiva e soberana do sistema político.

Se você está insatisfeito com a prática política do seu país, não hesite. Vote sim! A sede e as subseções do Sindsep-PE serão locais de votação. Ou dirija-se a outros pontos que estarão recolhendo os votos dos pernambucanos nesse período, e responda: Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político? Diga SIM e ajude o Brasil a ser um país mais democrático, um país melhor para todos.



DEPOIMENTO Délio Mendes lembrou a perseguição contra os servidores da Suene nos anos de chumbo

Um ato pelo resgate da luta dos trabalhadores no regime militar

O golpe de 1964 teve como alvo fundamental a classe trabalhadora. Foi um golpe da classe A contra as classes C e D, pegando de raspão a classe B. Houve uma outra ditadura nas fábricas, nas indústrias, um despotismo febril que excede a ditadura. O Estado tem uma dívida moral e material com os trabalhadores. Isso tem que ser levado à Justiça, para que não se repita”. Foi com esse discurso que Rosa Cardoso, do GT dos Trabalhadores da Comissão Nacional da Verdade, abriu o Ato Unitário sobre os Crimes da Ditadura contra a Classe Trabalhadora, realizado no dia 22 de agosto, no Sindicato dos Bancários.

O ato é uma iniciativa da Comissão Nacional da Verdade, em parceria com a Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara e com as centrais sindicais. A atividade já vem acontecendo em vários estados brasileiros, no sentido de resgatar e recontar a história de resistência da classe trabalhadora ao golpe de 64. O presidente da Comissão Estadual Memória e Verdade Dom Helder Câmara, Fernando Coelho, ressaltou a necessidade de o Brasil trilhar novos caminhos em busca de uma sociedade mais democrática, sugerindo uma revisão na Lei de Anistia.

“A Lei de Anistia foi deturpada, uma estratégia do governo para assegurar uma sobrevida à ditadura. É preciso uma revisão para que tenhamos uma sociedade livre e democrática a que todos os brasileiros têm direito”, defendeu Fernando Coelho. A programação da atividade nos Bancários contou com uma exposição de fotos, reportagens e documentos sobre relatos envolvendo trabalhadores e o movimento sindical na ditadura, uma espécie de linha do



HISTÓRIA Exposição mostra a resistência dos trabalhadores e sindicatos

tempo. Houve também exibição de vídeos e colhimento de depoimentos de pessoas que vivenciaram o período e atuaram na luta da classe trabalhadora.

Foi o caso de Délio Mendes, servidor aposentado da Sudene e da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), que, em seu depoimento, relembrou os momentos de terror instalados na sede da superintendência nos anos de chumbo. “A Sudene era a casa das perseguições. Habitavam perseguidos e perseguidores. Foram perseguições, mortes, prisões. Existia uma comissão de inquérito dentro da Sudene, com ameaças constantes”, relatou Délio, associado e um dos colaboradores mais frequentes do Sindsep-PE.

AUDIOVISUAL

Além dos depoimentos, outros momentos emocionantes do Ato Unitário foram os vídeos exibidos. Logo no início, um documentário sobre os 30 anos da anistia trouxe à tona a violência do Estado autoritário, mostrando prisões, a resistência nas ruas, reportagens

e documentos, um apanhado desde o golpe até a abertura política, consolidada com a anistia ampla, geral e irrestrita. Noutra vertente, um vídeo sobre a história política do Padre Henrique Cossart relembra a retomada do Sindicato dos Metalúrgicos, ainda no regime militar, tendo como personagem o Zé Ferrugem.

Outro que sensibilizou a plateia foi o filme *Lua Nova do Penar*, de Leila Jinkings e Sidnei Pires. O documentário sobre Hiran Pereira, jornalista, ator e poeta, morto pela ditadura e desaparecido até hoje, *Lua Nova do Penar* reconta a história de Hiran Pereira a partir de depoimento das quatro filhas do jornalista, que relembram casos importantes para reescrever a história do Brasil. Além das filhas, o documentário conta com depoimentos de pessoas que viveram e ajudaram Hiran no período de clandestinidade, como Ariano Suassuna, Leda Alves, Hugo Martins (Guri) e Marcelo Mário Melo. O filme está disponível no endereço <http://curtadoc.tv/curta/biografia/lua-nova-do-penar/>.

Quilombolas têm liberdade provisória

Após quase dois anos na cadeia pública de São João da Ponte, região norte do Estado de Minas Gerais, quatro militantes quilombolas do território étnico Brejo dos Crioulos foram colocados em liberdade provisória. Em setembro de 2012, os quilombolas Edimilson Lima Dutra, Édio José Francisco, Joaquim Fernandes de Souza e Sérgio Cardoso de Jesus foram presos preventivamente, sem a possibilidade de responder ao processo em liberdade, por serem suspeitos da morte do jagunço de uma fazenda grilada dentro do território étnico. Cansados do descaso dos órgãos federais, os quilombolas de Brejo dos Crioulos deram início ao processo de luta pela retomada do território. A região foi invadida por nove fazendeiros que grilaram quase 80% do território de 17.302 hectares e habitado por 500 famílias. Edimilson, Édio, Joaquim e Sérgio ficaram presos por incomodarem a nova ordem local, que, assim como acontece com os indígenas, não aceita perder suas terras para os que se acham donos da região que está há várias gerações com os quilombolas.

25 médicos sem terra formados em Cuba

“Em Cuba, a tarefa do MST, além de formar profissionais militantes, é também participar da vida política do país e fortalecer os laços de irmandade e solidariedade com o povo heroico de Cuba. Somos eternamente gratos à Revolução Cubana por proporcionar aos nossos militantes a oportunidade de estudar uma carreira que no Brasil é tão elitizada e os pobres não têm acesso”. Foi com essas palavras que Judite Santos, da Brigada do MST, agradeceu ao governo cubano por ter proporcionado a formação no curso de medicina a 25 integrantes do movimento. Os novos médicos estudaram na Escola Latinoamericana de Medicina, uma instituição que prima pelo atendimento humanizado e já formou gratuitamente milhares de estudantes de mais de 120 países, principalmente da América Latina, África e Oriente Médio.



▶ frase



“ Em política, empresário não faz doação. Faz investimento. Essa promiscuidade entre interesses políticos e negócios privados estimula a corrupção”

Frei Beto, escritor

Charge ▶ Samuca



▶ Expediente

Jornal editado pela Secretaria de Imprensa do Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de PE
Rua João Fernandes Vieira, 67
Boa Vista – CEP 50.050-200
Recife – PE
Fone: 3131.6350 Fax: 3423.7839
Home: www.sindsep-pe.com.br
e-mail: sindsep@sindsep-pe.com.br
imprensa@sindsep-pe.com.br

Filia do a CUT e a CONDEF
SINDSEPP E

Tiragem - 12.000 exemplares
Impressão **CCS Gráfica e Editora**
fone: 3459.0000

Coordenador Geral - **Sérgio Goiana**
Secretária Geral - **Graça Oliveira**

Diretoria de Imprensa - **Fernando Antônio de Lima, Jemuel Nunes**
e **Mª de Lourdes S. Maior Araújo**

Jornalista Responsável e Edição - **Fabiola Mendonça** (DRT- 2506)

Texto
Fabiola Mendonça,
Deysse Lemos (DRT 3909) e **Pietra**
Valadares (estagiária)

Revisão **Mª de Lourdes S. Maior Araújo**

Fotos **Arquivo SINDSEP – PE e Condsef**

Projeto gráfico e diagramação
Karla Tenório (DRT-2468)
fone: 9291.3273

População convocada a votar no plebiscito da reforma da política

De 1º a 7 de setembro próximo será realizado o Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político. Todos os brasileiros estão convidados a responder se são a favor ou não de uma reforma política no país, que permitirá eleições mais justas e transparentes. Para votar, procure seu sindicato, associação de bairro ou escola pública mais próxima que seja ponto de votação. As direções do Sindsep-PE e do Sintrajuf disponibilizarão urnas nas sedes e nas subdeses no interior do Estado. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (Sintepe) também disponibilizará urnas nas escolas estaduais da Região Metropolitana e de algumas cidades do interior.

Em Pernambuco, entidades dos movimentos social e sindical de 50 cidades criaram mais de 90 comitês para propagação do plebiscito. O Sindsep-PE foi um deles. Em parceria com o Sintrajuf, que representa os trabalhadores do Judiciário Federal no Estado, no final de julho, o sindicato criou o Comitê dos Servidores Públicos Federais de Pernambuco. O Sindsep e o Sintrajuf, inclusive, vem participando de todos os atos públicos sobre o tema, além de participar maciçamente das atividades convocadas pelo Comitê Regional do plebiscito, sediado na CUT-PE. O objetivo do Comitê Regional do plebiscito em Pernambuco é recolher aproximadamente 370 mil votos no Estado. Em todo o Brasil, o objetivo é coletar 10 milhões de assinaturas a favor da criação de uma constituinte para fazer a reforma política.

Ao final do plebiscito, os votos coletados serão enviados para a Secretaria Nacional do Plebiscito Popular, quando juristas, sociólogos e outros acadêmicos irão analisá-los e farão um dossiê, o qual será enviado ao Congresso Nacional. A ideia é pressionar deputados e senadores a instalarem, por força do plebiscito, uma constituinte exclusivamente para a reforma política, já que a atual Constituição, promulgada em 1988, traz avanços significativos em outras áreas que não devem ser alteradas. Por isso a necessidade de uma constituinte específica para a reforma do sistema político.

Além de exclusiva, os organizadores do plebiscito defendem que ela seja popular. Não interessa para a sociedade uma constituinte formada pelos atuais parlamentares. É preciso a participação do povo, para, de fato, sofrer uma mudança na prática política brasileira. Por enquanto, não existe um projeto concreto de reforma política. Há apenas alguns pontos apontados como mais urgentes a serem discutidos, como o financiamento público de campanha e voto no partido e não em candidato.



PERNAMBUCO
Pela manhã, Sindsep e Sintrajuf realizaram ato público em frente à Sudene. À tarde, caminhada no centro do Recife, no Dia Nacional de Luta

Comitês do plebiscito popular realizam Dia Nacional de Lutas

Na mesma data em que se comemorou o Dia Internacional da Juventude, entidades dos movimentos sociais de todo o Brasil realizam, no dia 12 de agosto, o Dia Nacional de Luta por uma Constituinte Exclusiva e Soberana em prol da Reforma do Sistema Político Brasileiro. Em Pernambuco, do Litoral ao Sertão, foram realizadas atividades. Logo cedo, o Sindsep-PE, em parceria com o Sintrajuf, realizou um ato público em frente ao prédio da Sudene. Nem mesmo a chuva forte desanimou os manifestantes. A panfletagem e o carro de som foram os instrumentos de luta para chamar a atenção dos servidores dos órgãos que funcionam no local sobre a importância do plebiscito.

Durante o ato, vários diretores fizeram uso da palavra para esclarecer aos colegas do serviço público a importância do plebiscito e da reforma política. "As decisões do país não podem ficar nas mãos dos empresários que financiam as campanhas. O Congresso precisa representar todas as classes para decidir o futuro do país e o que é melhor para o povo, inclusive rompendo

▶▶ **A última atividade da organização do plebiscito antes da votação foi o Curso dos Mil, que aconteceu no dia 16 de agosto, em Caruaru**

essas desigualdades regionais e sociais", pontua o servidor da Sudene e integrante do Conselho Fiscal do Sindsep-PE, Paulo Barreto.

À tarde, a direção do Sindsep também participou de uma passeata no Centro do Recife, organizada pelo Comitê Regional do plebiscito em Pernambuco. A concentração começou por volta das 15h, em frente à Câmara dos Vereadores do Recife. No local, jovens dos movimentos sociais confeccionaram cartazes com palavras de ordem a favor da reforma política e contra uma série de injustiças sociais que

persistem no país, como a desigualdade de gênero, homofobia e racismo.

Por volta das 16h30, os manifestantes saíram em passeata até a pracinha do Diário, onde foi realizado o ato público. Lideranças sindicais e de movimentos sociais fizeram uso da palavra para enfatizar a importância da reforma política. A atividade contou também com a apresentação do grupo de teatro TV Sindical. A encenação foi uma sátira ao financiamento de campanha, mostrando que "o empresário que paga a banda escolhe o repertório" e assim se consolida a corrupção no sistema político brasileiro.

CURSO DOS MIL

No dia 16 de agosto também foi realizado em Pernambuco o Curso dos Mil. Um curso de formação ampliada, realizado no Centro de Formação Paulo Freire, localizado no Assentamento Normandia, em Caruaru, no Agreste. O evento reuniu integrantes de diversas entidades, movimentos sociais e organizações políticas de vários municípios do estado.



COMPROMISSO CUT entrega Plataforma dos Trabalhadores à presidenta e quer que documento seja incorporado ao seu programam de governo

As propostas da classe trabalhadora para o Brasil

Com uma pauta que vai desde a defesa de um país com desenvolvimento sustentável, passando pela igualdade social, até a valorização do trabalho, a CUT lançou, no dia 31 de julho, a Plataforma da Classe Trabalhadora. O documento, que traz propostas para o país a partir da ótica e das prioridades dos trabalhadores, foi entregue à presidenta Dilma Rousseff, que se comprometeu, caso seja reeleita, a não flexibilizar os direitos trabalhistas já existentes.

Ao entregar a plataforma à Dilma, a CUT quer que as sugestões contidas no documento sejam incorporadas ao programa de governo da presidente, para um eventual segundo mandato. "Esse documento resume o que queremos para o Brasil. A classe trabalhadora, por meio da CUT, aponta caminhos para que o país possa se desenvolver sem que para isso sacrifique ainda mais os menos favorecidos. Queremos uma sociedade onde todos tenham as mesmas oportunidades. É essa a proposta da Plataforma da CUT", explica a coordenadora geral em exercício do Sindsep-PE, Graça Oliveira.

Dilma Rousseff assumiu o compromisso de defender os interesses da classe trabalhadora. "Eu não fui eleita nem serei reeleita para reduzir salário de trabalhador. Jamais traio os meus compromissos nem minha parceria", disse, diante de uma platéia com mais de 600 trabalhadores que, após um dia inteiro de debate na 14ª Plenária Nacional da CUT, foram ao encontro da presidenta, em ato de campanha no município de Guarulhos, em São Paulo.

O documento foi entregue pela vice-presidente da CUT Nacional, Carmen Foro, e por Rosane Silva, secretária nacional da Mulher Trabalhadora. Caso reeleita, Dilma Rousseff se mostrou disposta a manter a política de valorização do salário mínimo, o que para ela alavanca todos os rendimentos trabalhistas do País. "Queremos mais crescimento com distribuição de renda", destacou o presidente da CUT Nacional, Vagner Freitas.

Com base no conteúdo da plataforma, Freitas apresentou a Dilma Rousseff algumas prioridades dos trabalhadores, como redução da jornada de trabalho sem redução de salários; fim do fator previdenciário; regulamentação da convenção 151 da OIT, que trata de negociação no serviço público; reforma agrária e valorização da agricultura familiar; e igualdade de direitos para mulheres

A Plataforma CUT da Classe Trabalhadora é dividida em três grandes eixos: Estado Democrático e Desenvolvimento Sustentável; Igualdade e Inclusão Social; e Valorização do Trabalho. Essas três temáticas são organizadas em sub-temas, com propostas objetivas visando a uma melhora do quadro nacional, com mais justiça social e desenvolvimento sustentável. Confira ao lado os principais pontos do documento.

▶▶ Principais pontos da Plataforma

1. Estado Democrático e Desenvolvimento Sustentável

- Realizar a Reforma do Sistema Político
- Fazer a Reforma Tributária
- Avançar na Reforma Agrária
- Democratizar os Meios de Comunicação no Brasil
- Adequar a estrutura, a gestão e o orçamento públicos para a promoção do desenvolvimento sustentável
- Consolidar e ampliar espaços de participação social e política
- Coordenar a política macroeconômica como parte do projeto de desenvolvimento sustentável com distribuição de renda
- Adequar o papel dos bancos, empresas públicas e dos fundos de pensão ao desenvolvimento sustentável
- Consolidar Política Ambiental consoante com projeto de desenvolvimento
- Desenvolver Política Industrial que assegure eficiência e sustentabilidade
- Reduzir as desigualdades regionais
- Intensificar os investimentos na área de transporte e logística
- Garantir a soberania, a integração e a solidariedade na Política Externa Brasileira
- Promover os Direitos Humanos na Segurança Pública garantindo o combate a todas as formas de violência
- Garantir diversidade, controle social e respeito aos trabalhadores na Política Energética brasileira

2. Igualdade e Inclusão Social

- Combater a discriminação racial
- Assegurar o acesso a bens e serviços públicos de qualidade
- Implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano
- Elevar o investimento em habitação de interesse social
- Garantir a mobilidade baseada no transporte coletivo
- Garantir o saneamento básico e o acesso à água potável a todos os cidadãos e cidadãs na área urbana e rural
- Valorizar a Educação como condição básica para o exercício da cidadania, direito inalienável à pessoa humana em todos os graus de escolaridade
- Ampliar a oferta e melhorar as condições de educação no campo
- Avançar na Economia Solidária
- Assegurar a Proteção aos Imigrantes
- Garantir o direito à verdade, à memória, à justiça, à reparação e à informação

3. Valorização do Trabalho

- Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento na perspectiva do pleno emprego
- Fortalecer a organização sindical e democratizar as relações de trabalho
- Desenvolver políticas efetivas de proteção à saúde dos/as trabalhadores/as no local de trabalho
- Desenvolver ações de combate à discriminação por orientação sexual
- Garantir que as inovações tecnológicas possibilitem a criação de novos e melhores empregos
- Fortalecer o papel do servidor público no processo de desenvolvimento
- Fortalecer a agricultura familiar

Metade dos presos aguarda julgamento

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo e 200 mil detentos a mais que a capacidade existente permite. É o que revela um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), que analisa o sistema prisional do país. Dos mais de 50 mil brasileiros presos, metade aguarda por julgamento. O estudo completo da ONU será divulgado em setembro durante a reunião do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, e foi elaborado por representantes da instituição que estiveram no Brasil no começo do ano. O estudo afirma também que a presunção de inocência foi abandonada por juízes e que as políticas públicas adotadas pelo governo brasileiro contra o crime levaram ao encarceramento em massa. Além de insuficiente, o sistema judiciário brasileiro é inoperante. Outro dado preocupante é o fato de que a maioria das pessoas na prisão ser jovem, indígena, afrodescendente ou pobre. Segundo sugestão do relatório, penas alternativas são uma opção ao encarceramento.



A morte precoce de Eduardo Campos

Diferença política à parte, o Sindsep-PE lamenta profundamente o desastre que matou o ex-governador Eduardo Campos (PSB) e outras seis pessoas, no dia 13 de agosto. A morte trágica e precoce de Campos tira da cena política uma jovem liderança com um futuro promissor, deixando uma lacuna entre as forças políticas de Pernambuco. Mais do que a política, perdem uma família, uma mãe, uma esposa e cinco filhos. O sindicato se solidariza com a dor de seus familiares e deseja força nesse difícil momento de perda de um ente querido.

Judicialização da greve preocupa Condsef e Sindsep

Neste semestre deve ser realizado mais um Encontro Nacional do Jurídico da Condsef, que reunirá diretores e assessores da área de todos os sindicatos filiados à Confederação para discutir temas de relevância para a categoria. Um dos assuntos a serem debatidos neste próximo evento é a judicialização da greve dos servidores federais. Como forma de coibir essa prática danosa ao trabalhador, o Sindsep-PE está propondo que a Condsef denuncie o Estado brasileiro à Organização Internacional do Trabalho (OIT). “Precisamos frear o Poder Judiciário. Já virou praxe. Nos últimos anos, quando algum setor deflagra greve, a Justiça manda voltar ao trabalho, sem que tenha havido negociação e mesmo as entidades tendo cumprido todos os trâmites legais”, diz, indignada, a coordenadora geral do Sindsep-PE em exercício, Maria das Graças Oliveira.

O advogado Cláudio Ferreira explica que a greve é um direito social fundamental, garantido na Constituição de 88, que deve ser assegurado pelo Estado Brasileiro. Mas na prática não é isso que acontece.

Nos últimos anos, o Judiciário tem coibido o direito de greve. Nas paralisações realizadas este ano pela Cultura e pela Educação, por exemplo, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) determinou o retorno imediato dos trabalhado-



CLÁUDIO FERREIRA Greve é um direito social, previsto na Constituição

res grevistas, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil. As decisões, em caráter liminar, foram emitidas pela corte após denúncia do governo, sem os magistrados terem ouvido a Condsef. Agravando ainda mais a situação, o Ministério do Planejamento informou que já existia canais de negociação instalados com os setores, o que não era verdade. O Poder Executivo, não negocia com a categoria. Os servidores federais até hoje não têm direito à negociação coletiva. A Convenção 151 da OIT, que trata do assunto, já foi ratificada, mas o governo não enviou legislação específica sobre o assunto para o Congresso para que a negociação seja instalada. O Legislativo também é omissivo.

LEI 7.783/89

Há alguns anos, como não existe legislação específica para os servidores públicos das três esferas (*federal, estadual e municipal*) sobre direito de greve, a Justiça determinou que a categoria fosse regida pela Lei 7.783/89, que trata do direito de greve dos servidores celetistas. Apenas em casos de serviços essenciais é preciso manter um percentual de servidores em atividade. Mas nas greves da Cultura e da Educação deste ano, o STJ ordenou o retorno de 100% do efetivo. Mesmo cumprindo os trâmites legais, a greve dos servidores federais tem sido considerada ilegal pela Justiça.

Os 25 anos do Sindsep comemorados em Vitória

O ano de 2014 tem sido marcado por homenagens aos 25 anos do Sindsep-PE. No dia 27 de julho, mais uma comemoração às bodas de prata da entidade: a subsele de Vitória de Santo Antão realizou uma festa no Clube de Campo da Asserfesa, com direito a feijoada, churrasco, caldinho, frios e buchada. A festa começou às 10h e se estendeu por toda a tarde. O bolo era temático e decorado nas cores do Sindsep: vermelho e branco.

A festa foi animada pela apresentação do grupo de pagode Rebulição. Num ambiente familiar, as crianças aproveitaram a piscina para brincar e se dividir. Além dos servidores, familiares de servidores federais de Vitória, estiverem presentes servidores de outros municípios, como Limoeiro e Caruaru.



TRADIÇÃO As cores do Sindsep-PE no bolo temático dos 25 anos

A coordenadora em exercício, Graça Oliveira, foi prestigiar o evento com os diretores Felipe Pereira, Sebastião Freitas, Criginaldo Vieira, Chico Barbosa e Re-

ginaldo Abreu. Ramilson Matos, diretor territorial de base de Vitória, recebeu com entusiasmo a todos e lembrou da importância do sindicato.

Tentativa de “golpe” no Ministério da Cultura

Os servidores da Cultura estão atentos a um possível golpe do Minc, que, no dia 7 de agosto, publicou um ofício abrindo processo de seleção para escolha de um servidor para compor uma comissão mista de negociação do plano de carreira do setor. Para a Condsef, o governo não pode interferir ou intervir na organização da categoria, como também não pode estabelecer um canal de negociação sem a presença da entidade classista. Confira ao lado, trecho da carta enviada pela Condsef ao Minc cobrando esclarecimentos sobre a comissão mista.

No último encontro nacional da Cultura, realizado no dia 13 de agosto, os servidores do setor decidiram intensificar a luta contra essa comissão mista, inclusive tomando providências jurídicas contra essa iniciativa do governo. Também será elaborada uma moção de repúdio contra a Secretaria Executiva do Minc, que abriu esse processo de seleção afirmando que a comissão mista auxiliará o processo negocial instalado com a Condsef, o que é mentira. O objetivo é encaminhar a moção à presidenta da República, aos ministros do STJ, do STF, aos membros do Congresso Nacional, à OAB, à OIT, aos MPF e ao MTE, além de socializar com todo o movimento sindical.

A Condsef em momento algum foi consultada pelo Minc para criação dessa comissão mista. Outro absurdo é que está previsto que essa comissão seja composta por doze pessoas, sendo apenas um representante dos trabalhadores. Os demais são governo e nenhuma representação sindical.

INCRA

Assim como os servidores da Cultura, os servidores do Incra também realizaram encontro nacional. O ponto principal da atividade foi a Campanha Salarial 2015. No próximo ano, o setor irá pleitear novamente junto ao Ministério do Planejamento reestruturações no plano de cargos como forma de valorizar a carreira, diminuir a evasão no órgão e as distorções salariais em relação a outras instituições federais do Executivo.

Na reestruturação do plano de carreira, querem a criação da gratificação de qualificação (GT) e da retribuição por titulação (RT), para atender, respectivamente, os trabalhadores do nível médio e superior que possuem cursos de qualificação e títulos acadêmicos além do que é exigido para ingresso no serviço público.

“Isso valoriza os servidores e ao mesmo tempo os incentiva a se qualificar”, explica o dire-

▶▶ Por que a Condsef é contra a comissão mista

Confira ao lado, trecho da carta enviada pela Condsef ao Minc cobrando esclarecimentos sobre a comissão mista

▶▶ Segundo a Constituição Federal Art. 08º garante à liberdade dos trabalhadores de discutir e, não se faz intenção de negociação sem a participação da representação sindical.

▶▶ Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

a) lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical;

...
▶▶ VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

▶▶ A Consolidação das Leis do Trabalho também reafirma o direito da representação sindical, que nesse caso também é aplicável à representação sindical dos servidores públicos federais:

▶▶ Art. 513. São prerrogativas dos sindicatos:

a) representar, perante as autoridades administrativas e judiciárias os interesses gerais da respectiva categoria ou profissão liberal ou interesses individuais dos associados relativos à atividade ou profissão exercida;

c) eleger ou designar os representantes da respectiva categoria ou profissão liberal;

d) colaborar com o Estado, como órgãos técnicos e consultivos, na estudo e solução dos problemas que se relacionam com a respectiva categoria ou profissão liberal;

▶▶ Por fim, a convenção 151 da OIT, ratificada pela República Federativa do Brasil em 15 de junho de 2010, deixa claro a independência das representações sindicais:

▶▶ Art. 5 “1. As organizações de empregados públicos gozarão de completa independência a respeito das autoridades públicas.

▶▶ Neste sentido, é inconstitucional, ilegal e ilegítimo que o Ministério da Cultura faça um a convocação para eleição de representantes de servidores para participação na comissão, “em razão do processo negocial com Confederação Nacional dos Servidores Públicos Federais”, pois fere os princípios constitucionais de liberdade e independência das entidades representativas dos servidores.

tor do Sindsep-PE e servidor do Incra, Eduardo Garcia. O sindicalista conta que outras carreiras no Executivo Federal já possuem essas gratificações, o que as tornam possíveis e necessárias. Outra reivindicação do setor é a criação da gratificação de localidade, para atender especificamente os trabalhadores da Região Amazônica. “Entendemos que se trata de uma área de difícil acesso e, portanto, quem trabalha nela deve ter um salário diferenciado”, defende Garcia.

As qualificações de localidade e gratificação, assim como a retribuição por titulação, já estavam previstas na Emenda 35 da Medida Provisória (MP) nº 632/2013, que foi transformada na Lei 12.988/2014. Em junho deste, ao sancionar a lei, Dilma Rousseff vetou todas as suas emendas, entre elas a 35, alegando que elas teriam vício de iniciativa, ou seja, são prerrogativas do Executivo e não do Legislativo. O Ministério do Planejamento também alegou que as emendas precisaram ser vetadas por falta de recursos.

Como a Campanha Salarial 2014 não trouxe avanços para o setor e a possibilidade de reestruturação da carreira foi frustrada pelo veto da Emenda 35, os servidores já planejam uma grande greve em 2015.

Seminário discute SUT

De 8 a 10 de agosto foi realizado, em Brasília, um seminário sobre Sistema Único do Trabalho (SUT). A atividade foi uma iniciativa da Condsef, da CNTSS, da Fenasp e do Sinaif. No seminário ficou clara a rejeição absoluta do projeto. Um dos principais argumentos é que a proposta do SUT viola a Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da inspeção do trabalho na indústria; a Convenção 88 da OIT, que versa sobre a organização do serviço e emprego; e a Convenção 160 sobre estatísticas do trabalho.

A ideia do SUT é repassar aos estados e municípios as atribuições das SRTes, enfraquecendo o órgão. Os servidores do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lutam por melhor estrutura física do órgão e condições de trabalho. “Queremos uma reestruturação, mas na linha do fortalecimento do órgão, que passe por uma melhoria nas condições de trabalho e salarial, a partir da criação de um plano de carreira que reconheça a complexidade do serviço desenvolvido pelo MTE”, pontua o diretor do Sindsep-PE e servidor do órgão, José Carlos de Oliveira.

Avós da Praça de Maio em busca de seus netos

Estela de Carlotto, 83 anos, é uma das fundadoras de uma associação que busca achar os 500 netos afastados de suas famílias no período da ditadura argentina. Durante anos dedicou seu tempo à causa, na expectativa de encontrar o seu próprio neto. A esperança não foi em vão. Após um exame de DNA, a identidade de Guido Carlotto foi confirmada. Sua mãe, Laura Carlotto, foi presa grávida, em novembro de 1977, e levada para um local clandestino de detenção. Laura deu à luz a um menino no cativeiro. Seu corpo foi entregue a sua mãe, Estela, sem o menino. Mais de 30 mil pessoas desapareceram durante a última ditadura argentina. Guido é apenas mais um caso de crianças vítimas do regime militar na Argentina. A Avós da Praça de Maio já conseguiram encontrar 114 netos, todos separados de seus pais biológicos pela ditadura. Uma grande aflição para essas avós que, além de perderem os filhos, passam a vida sem saber o paradeiro de seus netos. Estes, adotados, não sabem de sua verdadeira origem. A luta das Avós da Praça de Maio continua.

Bolívia, um país livre do analfabetismo

Com base na educação cubana, o governo Evo Morales conseguiu erradicar o analfabetismo na Bolívia, aplicando o método *yo si puedo* (sim, eu posso), desenvolvido por Cuba e que já havia sido usado com sucesso na Venezuela. A Unesco aceitou o relatório enviado pelo governo boliviano que aponta que o país está livre do analfabetismo. O Objetivo do governo é chegar até a população “residual”, com mais de 60 anos. O país tem um índice de 3,8% de analfabetos, abaixo dos 4% que a ONU declara que um país precisa ter para erradicar o analfabetismo. O método *yo si puedo* começou a ser exportado para outras nações a partir de 1999 e já foi utilizado na alfabetização de milhões de pessoas pelo mundo. Inclusive no Brasil é utilizado pelo MST nos acampamentos de diversos estados. O método busca compreender as necessidades dos alunos, assim como o método de Paulo Freire, e se aproximar da realidade dos estudantes, independente de idade ou condição social. Além disso, tem a vantagem de poder durar pouco mais de três meses e de poder ser implantado em locais com pouca estrutura.

Palavras têm Poder: “A liberdade é sua. A responsabilidade também”

GARRA - Qual o objetivo da campanha *Palavras têm Poder*?

MAXWELL LUCENA VIGNOLI - Tem a proposta de orientar a população, tanto da forma como ela apresenta como recepção as informações, no sentido de conteúdos informativos, reportagens. Essa questão de direito à comunicação e informação não se prende à imprensa oficial. Hoje, em tempo de internet, a informação, e o acesso a ela, se tornou muito democrática, mas isso exige uma consciência de quem está produzindo esse conteúdo e a responsabilização no caso de alguma pessoa não se sentir bem ou for violada no seu direito. Então, naquele momento que é exposto um conteúdo, a pessoa está sendo responsável pelo que está sendo apresentado. Nossa campanha lança a ideia de que “a liberdade é sua, mas a responsabilidade também”. Temos cautela, para que não seja retirado o direito à liberdade de expressão. Por isso, é uma tentativa de solução para que as pessoas tenham consciência do que está sendo produzido. Esse é um aspecto da campanha: o direito do emissor a ter liberdade de expressão, sabendo que existe um certo limite a essa liberdade. Não ferir a dignidade humana nem os princípios de valores fundamentais estabelecidos pela nossa Constituição. Por outro lado, o direito do receptor: a pessoa que tem direito a receber informações verdadeiras, a verdade factual. O cidadão tem direito a uma imprensa livre que possa responder a demanda de comunicação, que apresente os fatos e não seja coibida por outras questões, forças que muitas vezes vêm de uma dominação política e econômica. Queremos que esses aspectos não prevaleçam sobre o direito à informação verdadeira. Então são dois pólos: o direito à liberdade de expressão e o direito de recepção

NO DIA 15 DE AGOSTO, O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO LANÇOU OFICIALMENTE A CAMPANHA PALAVRAS TÊM PODER, CUJO OBJETIVO É CONSCIENTIZAR A POPULAÇÃO SOBRE A RESPONSABILIDADE DA MÍDIA E O SEU PAPEL EM EXERCER A LIBERDADE DE EXPRESSÃO SEM VIOLAR OS DIREITOS HUMANOS. A IDEIA É INCENTIVAR AS PESSOAS A DENUNCIAREM QUANDO SE SENTIREM VIOLADAS EM SEUS DIREITOS EM CONTEÚDOS PRODUZIDOS PELOS VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO. A RESPONSABILIDADE VALE TAMBÉM PARA OS PRODUTORES DESSES CONTEÚDOS, QUE DEVEM SE GUIAR PELO CÓDIGO DE ÉTICA DOS JORNALISTAS E PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO SENTIDO DE GARANTIR A INTEGRIDADE HUMANA. AS DENÚNCIAS PODEM SER FEITAS PELO SITE WWW.PALAVRASTEMPODER.ORG E PELO TELEFONE 0800 281 9455. A SEGUIR, UMA ENTREVISTA COM O PROMOTOR PÚBLICO MAXWELL LUCENA VIGNOLI, QUE CONTA DETALHES DA CAMPANHA.

da informação.

GARRA - O denunciado vai saber quem o está denunciando?

MAXWELL - Provavelmente se ele pedir sigilo desse documento vamos oferecer esse sigilo, mas os dados vão precisar ser preenchidos. A não ser que alguns recursos, como, por exemplo, o 0800, não vai precisar apresentar os dados, pode ser anônimo. Apesar de que o problema do anônimo é de a gente não poder colher mais dados, detalhes sobre aquela situação e a denúncia se resumir àquele momento muito singular, específico e pontual do telefonema da pessoa que foi feito por esses canais de denúncia. Pode ser que precise de mais elementos, e não os tendo, isso prejudique uma investigação para responsabilização da pessoa que ofendeu. Por isso, é importante informar os dados do denunciante.

GARRA - Muitas pessoas não sabem que têm direito sobre o uso da sua imagem.

Como isso pode mudar? A campanha vai ajudar?

MAXWELL - Sim. O emissor da informação tem algumas responsabilidades. Tratando-se de um jornalista, pelo código de ética da

categoria, não será possível apresentar notícias de tons violentos, usar de imagens violentas para conseguir audiência. É possível uma responsabilização através do código de ética dos jornalistas, alguma responsabilização administrativa do profissional. Aquela pessoa que se sentiu ofendida naquele dia, naquele horário, por aquele programa policial, pode informar o dia e horário à campanha *Palavras têm Poder*, para que possamos fazer os devidos encaminhamentos. Primeiro, a questão da própria ofensa ao direito de imagem, e uma possível injúria, ou até encaminhamento para as respectivas indenizações cíveis com pedido de indenização a esses programas. No aspecto coletivo, o Ministério Público quer que isso não aconteça e está disposto a conversar com esses programas, especificamente. Temos outra forma de intervenção: a exibição em rádio e TV é uma concessão pública, com algumas obrigações. Nessas obrigações está a de apresentar conteúdo educativo e informações educativas. Não se considera informação educativa aquela que prejudica ou viola direitos humanos ou a dignidade humana. Por essa razão, ao apresentar aquela imagem ela está deseducando e não cumpre seu papel como concessão pública. O Estado tem o controle exatamente pela importância que a comunicação tem perante a população. No momento que o Estado abdica da sua função em apresentar conteúdos informativos, parciais e públicos, num veículo de massa, e passa para um terceirizado, um privado, ele precisa seguir algumas regras, porque senão a responsabilidade é dele. Saber que aconteceu um crime é uma coisa, humilhar o criminoso, a pessoa que possivelmente pode ter praticado um crime, é outra. Dentro da polícia as pessoas não estão sendo julgadas e ainda vão passar por processo em que terão direito a defesa e a julgamento do processo. Não são criminosas.

É muito problemático quando passam nos programas de rádio e TV informações de que aquela pessoa é o criminoso. Naquele momento se faz um julgamento antecipado sem direito de defesa daquela pessoa. Não pode. A pessoa só é considerada criminoso depois que o juiz decide em uma sentença judicial, antes disso ainda é um acusado de praticar o crime.

GARRA - Quais são os critérios para uma notícia ser considerada ofensiva?

MAXWELL - Nós tivemos dois casos que deram origem à campanha. Um foi uma publicidade específica apresentada nos jornais daqui que tinha o seguinte dizer: *Pernambuco não te quer homossexualismo*. Foi uma publicidade ofensiva a todas as pessoas homossexuais do Estado. E até aquelas pessoas que não são intolerantes, foram taxadas de intolerantes porque eram pernambucanas também. A outra, foi uma cidadã que informou não estar se sentindo bem com as imagens violentas que estavam sendo apresentadas na frente do jornal, fotos violentas de um crime, sangue na primeira página. Exacerbava o crime e a violência. A cidadã se sentiu muito mal com aquela situação. Palavras têm poder e imagens também, algumas vezes muito mais. Em tempos de redes sociais, de mídia democrática, as pessoas agora estão com a informação na mão. E essa responsabilidade precisa ser bem clara. A campanha tem um segundo passo que é instruir a população a ver, ler e assimilar a informação para que ela também não seja manipulada nem pelas redes sociais nem pela imprensa oficial. A imprensa, alguns vezes, omite informações e tolhe o direito do cidadão de receber a informação clara e imparcial. Vamos fazer uma orientação do discurso apresentado pela imprensa oficial e por essa mídia democrática que está aparecendo na internet. Muitas vezes até um boato se torna verdade. A morte de Ariano Suassuna foi um exemplo. Morre pelas redes sociais e de repente não tinha morrido. Isso não é uma brincadeira, é a vida de uma pessoa. Os fatos são precipitados. O pior são notícias que não são divulgadas. Um acontecimento enorme na cidade, movimento social gigante e não é apresentado para a cidade pela mídia local: o OcupeEstelita. Recebíamos mais informações das redes sociais e da mídia democrática do que na imprensa local. Depois tivemos a oportunidade de receber uma coisa ou outra, mas nada tão grande como poderia ser pelo evento que aconteceu. Qual a razão disso? Naquele momento, *(a mídia tradicional)* é desmascarada, porque não está sendo produzido de forma livre como deveria ser. Ou faz como nos Estados Unidos: “esse jornal segue tal linha ideológica”.

